

Bracher acredita em acerto com o Clube de Paris ainda em 1986

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo ainda não afastou a hipótese de encontrar uma saída negocia- da para resolver a questão da dívida externa. O presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, de- posita esperanças de que um acerto venha a ser alcançado até o final do ano em torno do reescalonamento dos compromissos assumidos com empréstimos tomados junto a agências governamentais, no âmbito do Clube de Paris. "Isto não é impossível", disse ele.

A possibilidade de entendimento com os bancos pri- vados fica postergada para o ano que vem: "Não há tempo hábil para fecharmos um acordo com os ban- cos ainda neste ano", lembrou Bracher no início da tarde de ontem, à saída do Ministério da Fazenda. A abertura formal das negociações com os bancos está na dependência da posição que vier a ser tomada pelos governos credores quanto à dispensa de monitoramen- to do Fundo Monetário Inter- nacional (FMI), como pretende o governo brasi- leiro.

Caso o sinal seja favorá- vel — este está sendo aguardado para o dia 15 de

dezembro —, o caminho es- taria automaticamente aberto para a retomada das conversas com os ban- cos.

PMDB

Bracher prefere descon- versar quando indagado so- bre a disposição do PMDB de propor ao Executivo um tratamento mais duro nas negociações da dívida ex- terna. Alguns dos governa- dores recentemente eleitos chegam a defender a sus- pensão do pagamento dos juros como o único meio de tornar viável a política eco- nómica, calcada no cresci- mento e no controle da in- flação.

A discussão dentro e fora do governo desenvolve-se em torno de duas posições — suspender os juros, que seria uma atitude unilate- ral do Brasil, ou tentar ain- da buscar um entendimen- to que atenda aos interes- ses do País.

O economista Paulo Nogueira Baptista Júnior, chefe do Centro de Estudos de Política Monetária e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e assessor do minis- tro da Fazenda para ques- tões de dívida externa, não tem dúvidas de que a trans- ferência de recursos para o exterior tem de ser reduzi- da. O próprio ministro da Fazenda, Dilson Funaro, já



Fernão Bracher

definiu o limite máximo de remessa de juros que o País pode suportar: 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A suposição por trás é de que a economia cres- ca, nos próximos anos, à ta- xia de 6% em média, por ano, e supõe também um crescimento no nível das reservas internacionais pa- ra acompanhar a expansão das importações.

"Se os credores não acei- tarem isto — e neste caso seria abandonada a via ne- gocial —, a redução imediata das transferências para os bancos é sempre uma decisão que pode ser tomada", explicou ele.

Para Nogueira Baptista Júnior, às alternativas pa-

ra o encaminhamento da dívida externa são apenas duas. Uma delas passa pelo crivo do FMI e é sinônimo de uma combinação que reúne recessão econômica com processo inflacioná- rio. Neste caso, as remes- sas de juros mantêm-se inalteradas mas o peso da despesa é todo ele desloca- do para o setor externo, alie- çado em medidas drás- ticas como a do choque cambial e a do choque da demanda.

Outra alternativa passa pela diminuição da transfe- rência de recursos para fo- ra do País e o economista da FGV acha que neste ca- minho se encaixam as re- centes medidas adotadas pelo governo com vistas a ajustar o Plano Cruzado, como flexibilidade na política cambial e aperto não tão acentuado na de- manda agregada.

Embora não seja pro- priamente um defensor de posições mais radicais co- mo a da moratória, Noguei- ra Baptista Junior diz que o único custo que uma deci- são deste tipo carrega — o corte ao acesso a empréstimos novos — não seria um problema novo para o País. Fora isto, não crê que os países credores viessem a fazer represálias, como a do embargo comercial, ao Brasil.